

Parecer 159/99

Data: 1999.10.08

Processo nº 686

Requerente: João António Moreira da Silva

Requerido: Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte

1. Resumo dos Factos

1.1. João António Moreira da Silva solicitou ao Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) *“o acesso a um processo de desafecção de um terreno que se encontrava na reserva agrícola”*, sito no lugar de Valbom, Fontarcada, Póvoa de Lanhoso, propriedade de João do Carmo da Lage Rodrigues. E alega, para tanto, o seu interesse directo e pessoal no pretendido acesso, a exercer através de consulta e de obtenção de fotocópias dos documentos (cf. requerimento dirigido, com data de 9 de Agosto p. p., à CCRN e cuja cópia consta do processo).

1.2. Porque não obteve resposta ao pedido, apresentou a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) queixa por essa falta de decisão.

2. O Direito

2.1. João Moreira da Silva exerceu o seu direito de queixa, consagrado no nº 1 do artigo 16º da Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

De harmonia com este preceito *“o interessado pode dirigir à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no prazo de 20 dias, queixa contra o indeferimento expresso, a falta de decisão ou decisão limitadora do exercício do direito de acesso”*.

2.2. Efectivamente, houve falta de decisão – ou, pelo menos, falta da devida comunicação – sobre o pedido feito à CCRN pelo referido Moreira da Silva.

Na verdade, perante o requerimento de acesso aos documentos em causa, a CCRN devia, no prazo de 10 dias (corpo do nº 1 do artigo 15º da LADA), ter adoptado uma das seguintes condutas:

- comunicar ao interessado a data, local e modo de se efectivar a consulta e de se efectuar a reprodução - cf. citado artigo 15º, nº 1, alínea *a*);
- indicar, nos termos quer do artigo 268º, nº 2, da Constituição quer da LADA, as razões da recusa, total ou parcial, do acesso aos documentos pretendidos - cf. alínea *b*) da mesma disposição;
- informar que não possuía os documentos e, sabendo-o, qual a entidade que os detinha – citado artigo 15º, nº 1, alínea *c*);
- enviar, sendo caso disso, o requerimento à entidade detentora dos documentos, dando do facto conhecimento ao interessado - artigo 15º, nº 1, alínea *c*);
- solicitar à CADA parecer, a fim de ser apreciada a possibilidade de acesso à informação contida nos documentos visados, dando disso conhecimento ao requerente, através do envio de cópia do pedido de parecer - cf. citado artigo 15º, nº 1, alínea *d*).

Diga-se, todavia, que, em razão dos elementos disponíveis no processo, é de presumir que os documentos em questão não sejam nominativos, por não conterem dados pessoais – cf. artigo 4º, nº 1, alíneas *b*) e *c*), da LADA.

2.3. Tratando-se de documentos que não terão – presume-se - o carácter de documentos nominativos, não haverá que demonstrar o interesse directo, pessoal e legítimo a que alude o nº 2 do artigo 8º da LADA.

2.4. É certo que se se pretendesse “o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão”, poderia o mesmo ser diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração (cfr. n.º 4 do artigo 7º da LADA);

mas isso apenas enquanto o interessado não demonstrasse possuir o interesse directo, pessoal e legítimo a que se refere a lei, pois que, se fizesse tal demonstração, haveria que permitir-lhe a consulta.

Refira-se, de resto, a este propósito que se, porventura, houvesse razões para diferir o acesso aos documentos para momento ulterior, haveria que informar de tal o interessado, como dispõe a LADA no seu artigo 15º, nº 1, alínea b).

2.5. Tratando-se de documentos integrantes de processo já concluído ou que não sejam preparatórios de uma decisão – e partindo do pressuposto de que não assumem o carácter de documentos nominativos – não se vêem motivos para que seja recusado o acesso aos mesmos.

2.6. A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos enviará este relatório de apreciação da queixa não só ao queixoso Moreira da Silva mas também à CCRN, devendo esta entidade comunicar ao interessado, no prazo 15 dias a contar da recepção, a sua decisão final, fundamentada, sem o que considera a LADA haver reiterada falta de decisão (cfr. o seu artigo 16º, nºs 2 e 3).

3. Conclusão

Tendo em conta tudo o que atrás ficou dito, conclui-se como segue:

- a) A entidade relativamente a cujo comportamento de falta de decisão foi apresentada queixa – Comissão de Coordenação da Região Norte – devia, perante a solicitação do interessado, ter adoptado uma das posições a que se refere a LADA, nas diferentes alíneas do nº 1 do seu artigo 15º, informando disso o requerente;
- b) Tratando-se de um processo de desafecção de terreno que se encontrava na reserva agrícola – e na presunção de que do processo não constarão documentos nominativos, isto é, que contenham dados pessoais –, deverá ser permitido ao particular o acesso aos documentos dele constantes (cf. artigo 7º, nºs 1 e 2, da LADA);

- c) Se os documentos que o interessado pretende consultar e fotocopiar integrarem um processo ainda não concluído ou forem preparatórios de uma decisão, poderá – enquanto o interessado não demonstrar possuir um interesse directo, pessoal e legítimo – ser diferido o acesso até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano sobre a sua elaboração (cfr. nº 4 do artigo 7º da LADA).

Aprovado em sessão da CADA de 8 de Outubro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*